

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1.301 - Centro (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e sua controlada, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Em 04 de novembro de 2012, foi constituída a Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, tendo como objeto social a compra, venda e locação de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás. Em 31 de dezembro de 2012 esta controlada não detinha transações e reflexos contábeis afetando as demonstrações financeiras consolidadas (apenas divulgações). Sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Em 30 de novembro de 2012 a controlada indireta Manati S.A. (“Manati”), foi incorporada pela controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), sua controladora integral (nota explicativa 2.4).

Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresenta em seu portfólio participação em nove concessões de E&P localizados na porção offshore da Margem Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu-Almada (BCAM-40, BM-CAL-5 e BM-CAL-12, este composto pelos Blocos CAL-M-312 e CAL-M-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2), um na Bacia de Campos (BM-C-27, composto pelos Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146) e quatro na Bacia de Santos (Coral, BM-S-12, BM-S-8 e BS-4). Dos blocos citados, a QGEP é operadora dos blocos BM-J-2 e BS-4 e os demais são operados pela Petrobras.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e desenvolvimento, respectivamente, e os demais na fase de exploração. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, e se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva e se encontram em desenvolvimento da produção. O Campo Coral encontra-se desativado. Nas concessões BM-CAL-5, BM-S-8, BM-S-12 e BM-C-27, está em andamento o plano de avaliação de descoberta, enquanto as concessões BM-CAL-12 e BM-J-2 estão no primeiro período exploratórios.

O contrato de concessão dos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (BM-C-27) adquirido em 10 de outubro de 2012 junto a Petrobras, está em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoar o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente ao Bloco BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração em determinados períodos do ano neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013. A Companhia planeja o retorno às atividades exploratórias ainda no primeiro semestre de 2013.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado ("IFRS e BR GAAP"); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Porcentagem de participação - %</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
		<u>Controle</u>		
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
AFBV	Holanda	Indireto	100%	-

2.4. Incorporação Manati S.A.

Em 30 de novembro de 2012, a controlada indireta Manati foi incorporada pela controlada direta QGEP. O acervo líquido incorporado, no valor de R\$612.352, foi integralizado na QGEP, sendo, portanto, registrado como capital social desta empresa. Adicionalmente por conta da incorporação, foram eliminados os saldos a receber e a pagar entre as mesmas. Esse processo não gerou ágio.

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da Manati pré-incorporação para o período findo em 30 de novembro de 2012:

Balanço Patrimonial

Total do ativo circulante	270.156	Total do passivo circulante	48.630
Total do ativo não circulante	<u>510.930</u>	Total do passivo não circulante	120.104
		Total do patrimônio líquido (acervo líquido)	<u>612.352</u>
Total do ativo	<u>781.086</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>781.086</u>

Demonstração do resultado

RECEITA LÍQUIDA	422.294
CUSTOS	(160.875)
LUCRO BRUTO	<u>261.419</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(15.106)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	246.312
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(1.142)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>245.170</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.787
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(41.289)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DE ONZE MESES	<u>207.668</u>

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio (Nota explicativa 6).

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás (imobilizado, intangível e gastos exploratórios para extração de petróleo e gás)

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“dryhole”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.

- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).
- Para transações de farm-in em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“Farmor”) e/ou “carrego”. Esses gastos compromissados são refletidos nas demonstrações financeiras quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacional e revisado anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas revisadas pela Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 15). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado do exercício.

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.9, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2012, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos, exceto para as baixas dos gastos com perfuração dos poços que não representaram viabilidade, conforme descrito na nota explicativa 18.

2.11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 14).

2.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.15. Incentivos fiscais

Como estava localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detinha o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada indireta Manati até a data de sua incorporação pela QGEP. A formalização da transferência do benefício, em função da incorporação (nota explicativa 2.4), encontra-se em andamento junto a SUDENE. Nos termos do Decreto nº 64.214/69, a QGEP é elegível ao benefício por sucessão em virtude da incorporação de sua controlada integral Manati.

2.16. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 23 iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.17. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.24. Resultado líquido por ação

Calculada com base no número médio ponderado de ações ordinário total (Nota explicativa 23 ii).

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, interpretações e as alterações de normas existentes emitidas pelo CPC e IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas a seguir relacionadas, referente às informações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 ou em períodos subsequentes.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referente às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 7	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2015
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2013
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 16	Imobilizado	1º de janeiro de 2013
IAS 19	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014
IAS 34	Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013

A Companhia ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção das novas normas, interpretações e alteração, porém não espera que tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.26. Efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro

Demonstramos abaixo os efeitos na demonstração do resultado das reclassificações efetuadas pela Administração nos saldos de 31 de dezembro de 2011 com base no previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de erro.

Demonstração do resultado consolidado:

	2011 (originalmente apresentado)	2011 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	289.007	289.007
CUSTOS	<u>(128.722)</u>	<u>(128.722)</u>
LUCRO BRUTO	<u>160.285</u>	<u>160.285</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas	(64.096)	(59.547)
Equivalência patrimonial	-	-
Gastos exploratórios para extração de petróleo e gás	(52.071)	(56.620)
Outras operacionais líquidas	(7.261)	(7.261)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	36.857	36.857
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	84.354	84.354
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>121.211</u>	<u>121.211</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.939	2.939
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(32.013)</u>	<u>(32.013)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>92.137</u>	<u>92.137</u>

A Administração pós análise da natureza de determinados custos e despesas incorridas no quarto trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 entendeu ser aplicável a reclassificação para melhor apresentação da rubrica de gastos exploratórios para extração de petróleo e gás em relação aos impostos incidentes na aquisição de sísmica, os quais são associados a atividade de exploração.

As reclassificações acima mencionadas não tem impacto nas demais demonstrações financeiras ora apresentadas.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2012 é de R\$24.231. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 8.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas as taxas de câmbio, o volume de produção, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registrada e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis (Notas explicativas 2.12 e 14).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 15).

A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base das demonstrações financeiras quanto a Companhia desembolsaria com o abandono e desmantelamento de suas áreas produtivas. O montante da provisão estimada é indexado em moeda estrangeira dólar americano.

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.9. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários	7	51	3.562	758
CDB's e debêntures	658	2.654	150.732	106.553
Fundos de investimentos exclusivo (*)	—	—	<u>717.028</u>	<u>914.640</u>
Total	<u>665</u>	<u>2.705</u>	<u>871.322</u>	<u>1.021.951</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures e títulos públicos) e investimentos em fundo exclusivo, possuindo alta liquidez e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundos de investimentos exclusivo (*)	<u>80.947</u>	<u>130.479</u>
Total	<u>80.947</u>	<u>130.479</u>

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,3% do CDI Selic no acumulado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(*) Composição dos fundos de investimentos exclusivos

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos, indexados a Selic, e privados indexados à variação da taxa do CDI.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos em 31 de dezembro são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Compromissada (debêntures e títulos públicos)	210.604	220.579
CDB/ CDI (pós-fixado)	<u>506.424</u>	<u>694.061</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>717.028</u>	<u>914.640</u>
Letras Financeiras de Tesouro (LFT)	29.611	130.479
Letras Financeiras (Votorantim, Bradesco, Itaú e CEF)	<u>51.336</u>	—
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>80.947</u>	<u>130.479</u>

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (vencimento até julho/2030) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Materiais	9.403	5.362

Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Passivo - circulante</u>				
Contas a pagar - Construtora QG S.A (a)	-	-	-	58
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	85	325
Contas a pagar - BS-3 S.A.	-	-	-	117
Contas a pagar - QGEP	=	<u>113</u>	=	<u>-</u>
Total	=	<u>113</u>	<u>85</u>	<u>500</u>

	Consolidado	
	<u>01/01/2012 a</u> <u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2011 a</u> <u>31/12/2011</u>
<u>Resultado</u>		
Despesas gerais e administrativas (b)	962	2.750
Despesas financeiras (a)	194	1.177

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES, cujos financiamentos foram liquidados em 15 de maio de 2012, conforme citado na Nota explicativa 13.

(b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e presta à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.

7.1. Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	
	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011
Benefícios de curto prazo	2.074	1.690

	Consolidado	
	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011
Benefícios de curto prazo	14.362	5.356
Plano de opção de ações	5.012	2.221

Além da remuneração citada acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi pago o montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores (Diretores), conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na Nota explicativa 26.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Fundo da provisão de abandono (a)	24.231	11.379
Aplicação financeira - amortização acelerada empréstimos BNB e BNDES (b)	-	2.142
Aplicação financeira - conta reserva (c)	-	47.447
Total caixa restrito	<u>24.231</u>	<u>60.968</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota explicativa 15) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 9,19% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (11,71% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Conta para qual eram transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Os empréstimos foram liquidados em 15 de maio de 2012 e juntamente com os mesmos as aplicações financeiras mantidas na rubrica de caixa restrito conforme Contrato de Financiamento.
- (c) Saldos de aplicações financeiras que faziam parte do pacote de garantias cedidas ao BNB e BNDES em decorrência do financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Os empréstimos foram liquidados em 15 de maio de 2012 e juntamente com os mesmos as aplicações mantidas conforme Contrato de Financiamento.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Antecipação IR e CS	5.168	978
IRRF sobre aplicação financeira (*)	13.258	19.514
Imposto a recuperar	16.581	-
Outros	<u>1.121</u>	<u>373</u>
Total	<u>36.128</u>	<u>20.865</u>
 Circulante	 <u>35.698</u>	 <u>20.698</u>
Não circulante	<u>430</u>	<u>167</u>

(*) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

9.2 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ICMS (a)	-	-	4.468	5.006
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	6.301
IRRF	37	28	644	343
PIS/COFINS (a)	-	-	12.709	9.395
Royalties (b)	-	-	3.130	2.453
Participação especial (c)	-	-	2.581	865
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>263</u>	<u>75</u>
Total circulante	<u>37</u>	<u>28</u>	<u>23.795</u>	<u>24.438</u>

(a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.

(b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 20.

(c) Participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 20.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Lucro antes do IR e CSLL	82.468	92.137
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(28.039)	(31.327)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	28.961	32.398
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(922)	(1.071)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da QGEPP. Em 31 de dezembro de 2012 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$63.307 (R\$60.696 em 31 de dezembro de 2011), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Lucro antes do IR e CSLL	122.498	121.211
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(41.650)	(41.212)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	43.720	24.035
Prejuízos fiscais não ativados (b)	(16.628)	(4.681)
Provisão de créditos tributários constituídos até 31 de dezembro de 2011 (c)	5.800	-
Despesas indedutíveis (receita não tributável):		
Permanentes (d)	(29.214)	(196)
Temporais	(2.058)	(7.019)
Imposto de renda e contribuição social	(40.030)	(29.073)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(5.800)	2.939
Imposto de renda/contribuição social correntes	(34.230)	(32.013)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.15).
- (b) Em 31 de dezembro de 2012 a QGEP possuía prejuízos fiscais de R\$71.211 e base negativa de contribuição social no montante de R\$91.169 (R\$39.003 em 31 de dezembro de 2011), sendo que a investida QGEP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não apresentar histórico de lucratividade até a corrente data.
- (c) A Administração em 31 de dezembro de 2012 considerando as premissas discutidas na nota explicativa 3.2.3 reavaliou a constituição de créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias até então registradas contabilmente e registrou uma provisão para não realização deste ativo fiscal diferido.
- (d) Refere-se ao diferimento da tributação do lucro sobre o contrato com empresa pública, sociedade de economia mista.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentadas as informações os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Atlanta Field B.V. (*)	Holanda	100%

(*) Sem operação em 31 de dezembro de 2012.

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados do investimento e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial na controlada direta QGEP, são:

Quantidade de ações ordinárias	191.352.711
Percentual de participação direta	100%
	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553
Patrimônio líquido	2.224.776
Resultado do exercício	85.179
Ativo	2.433.271
Passivo	208.495
Receita líquida	40.012

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	2.170.498
Plano de opção de ações	8.466
Dividendos intermediários (a)	(36.939)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.428)
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>85.179</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>2.224.776</u>

(a) A QGEP distribuiu dividendos intermediários do saldo da reserva de investimentos de 31 de dezembro de 2011, conforme aprovações em AGE, citadas abaixo, com finalidade da QGEPP custear a recompra de ações para manutenção em tesouraria e posteriormente atender o Plano de Outorga de opção de compra de ações (Notas explicativas 23 iii e 24:

	<u>Data da aprovação</u>	<u>Valor pago</u>
Assembleia Geral Extraordinária	05.06.2012	6.284
Assembleia Geral Extraordinária	16.08.2012	13.315
Assembleia Geral Extraordinária	13.09.2012	5.490
Assembleia Geral Extraordinária	15.11.2012	<u>11.850</u>
Total		<u>36.939</u>

(b) Resultado apurado pela investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”), controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”), é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da Área de Concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 esta controlada não detinha operações e reflexos contábeis.

11. IMOBILIZADO

		Consolidado			31/12/2011
	Taxa de depreciação e amortização %	31/12/2012			
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	672	(120)	552	593
Veículos	20%	826	(192)	634	532
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.346	(413)	933	1.141
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	1.066	(282)	784	880
Adiantamento para aquisição imobilizado	=	<u>635</u>	<u>-</u>	<u>635</u>	<u>-</u>
Subtotal		<u>4.545</u>	<u>(1.007)</u>	<u>3.538</u>	<u>3.146</u>
<u>Segmento de upstream</u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	296.920	-	296.920	327.917
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(12.121)	4.723	6.353
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)	-	14.097	-	14.097	1.362
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>805.667</u>	<u>(351.757)</u>	<u>453.910</u>	<u>530.647</u>
Subtotal		<u>1.133.528</u>	<u>(363.878)</u>	<u>769.650</u>	<u>866.279</u>
Total		<u>1.138.073</u>	<u>(364.885)</u>	<u>773.188</u>	<u>869.425</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

<u>Custo</u>	<u>Consolidado</u>					<u>Total</u>
	<u>Gastos com imobilizados corporativos</u>	<u>Gastos com exploração de recursos naturais - em andamento</u>	<u>Gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás – em andamento</u>	<u>Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás</u>	
Saldo em 31/12/2011	3.533	327.917	16.844	1.362	802.178	1.151.834
(+) Adições do Exercício	1.405	87.073 (a)	-	12.735	3.489	104.702
(-) Baixas do exercício	<u>(393)</u>	<u>(118.070) (b)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(118.463)</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>4.545</u>	<u>296.920</u>	<u>16.844</u>	<u>14.097</u>	<u>805.667</u>	<u>1.138.073</u>

(a) Principais adições referentes ao BM-S-8 no montante de R\$53.384 e BM-S-12 no montante de R\$26.050, que incluem gastos com serviços de perfuração.

(b) Baixas referente ao poço Ilha do Macuco (bloco BM-S-12) no montante de R\$81.513 e ao prospecto Jequitibá (BM-CAL-5) no montante de R\$36.557.

<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Depreciação imobilizado corporativo</u>	<u>Amortização gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2011	(387)	(10.491)	(271.531)	(282.409)
(+) Adições do exercício	<u>(620)</u>	<u>(1.630)</u>	<u>(80.226)</u>	<u>(82.476)</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>(1.007)</u>	<u>(12.121)</u>	<u>(351.757)</u>	<u>(364.885)</u>

12. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	4.364
Software	<u>2.895</u>	<u>(528)</u>	<u>2.367</u>	<u>1.442</u>
Total	<u>536.658</u>	<u>(528)</u>	<u>536.130</u>	<u>535.205</u>

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$27.687 (US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% do montante de R\$247.732 (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$24.932 (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% no montante de R\$243.130 (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012, liquidando o saldo de contas a pagar em 31 de dezembro de 2011.

- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 20.

<u>Custo e amortização</u>	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2011	529.399	4.364	1.442	535.205
(+) Adições (custo)	-	-	1.368	1.368
(-) Adições (amortização)	-	-	(443)	(443)
Saldo em 31/12/2012	<u>529.399</u>	<u>4.364</u>	<u>2.367</u>	<u>536.130</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinavam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins do Grupo, os quais foram liquidados integralmente em 15 de maio de 2012. Segue abaixo a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Saldo inicial - 31/12/2011	103.557
(-) Amortização do principal	(103.130)
(+) Adições de juros	2.892
(-) Amortização de juros	(3.075)
(-) Bônus adimplência	(244)
Saldo final - 31/12/2012	<u><u>-</u></u>

14. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

O processo considerado como perda possível não foi provisionado nas demonstrações financeiras é a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$518. A Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) sucessora por incorporação da Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd.(“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e aprovadas pelos consorciados, conforme notas explicativas 2.9 e 3.2.5. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

Movimentação da Provisão para Abandono no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	107.047
Variação cambial do exercício	<u>9.415</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>116.462</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2012 a 31/12/2012</u>	<u>01/01/2011 a 31/12/2011</u>
Receita bruta	<u>586.053</u>	<u>372.020</u>
PIS	(9.402)	(6.019)
COFINS	(43.312)	(27.723)
ICMS	(54.870)	(42.026)
Descontos - reduções contratuais	<u>(16.163)</u>	<u>(7.245)</u>
Total de deduções	<u>(123.747)</u>	<u>(83.013)</u>
Receita líquida	<u>462.306</u>	<u>289.007</u>

17. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Custos

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Custos de extração	(49.437)	(47.983)
<i>Royalties</i> e participação especial	(45.649)	(24.711)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.859)	(2.973)
Amortização e depreciação	<u>(81.856)</u>	<u>(53.055)</u>
Total	<u>(182.801)</u>	<u>(128.722)</u>

17.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Pessoal	(2.111)	(1.751)
Serviços contratados de terceiros	(336)	(485)
Seguros	(35)	(865)
Impostos e taxas	(10)	(136)
Anúncios e publicações	(198)	(262)
Associações	(134)	(6)
Outras despesas	<u>(15)</u>	<u>(60)</u>
Total	<u>(2.839)</u>	<u>(3.565)</u>

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Pessoal (a)	(54.860)	(43.888)
Serviços contratados de terceiros	(8.167)	(4.495)
Seguros	(832)	(958)
Impostos e taxas	(930)	(1.347)
Anúncios e publicações	(1.167)	(907)
Patrocínio	(1.709)	(763)
Serviços compartilhados	(1.224)	(1.955)
Depreciação	(1.063)	(485)
Manutenção	(1.072)	(453)
Outras despesas diversas	(5.086)	(4.296)
Alocação projetos E&P (b)	<u>12.825</u>	<u>-</u>
Total	<u>(63.285)</u>	<u>(59.547)</u>

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2011 inclui o montante de R\$23.070 referente ao pagamento para diretores (R\$13.712, conforme Nota explicativa 7.1), gerentes, funcionários e colaboradores de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi registrado R\$13.1 referente ao pagamento de participação nos lucros.
- (b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas ao Bloco BS-4, o qual a Companhia é operadora com 30% de participação, sendo o remanescente relacionado aos seus parceiros.

18. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do saldo de R\$176.978 em 31 de dezembro de 2012, R\$162.133 referem-se aos gastos exploratórios do poço seco Ilha do Macuco (R\$81.513 baixados do imobilizado e R\$44.045 contabilizados diretamente no resultado) e do prospecto Jequitibá (R\$36.557 baixados do imobilizado e R\$619 contabilizados diretamente no resultado), localizados nos blocos BM-S-12 e BM-CAL-5, respectivamente, por não terem apresentado zonas potencialmente produtoras. Do saldo de R\$56.020 em 31 de dezembro de 2011, R\$13.165 refere-se a baixa dos gastos exploratórios do poço seco 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras, como já informado ao mercado e R\$29.584 refere-se a sísmica de novas aquisições.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Juros de aplicações financeiras	129	423
Despesas financeiras	(1)	(10)
Variação monetária	-	-
Total	<u>128</u>	<u>413</u>
	Consolidado	
	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
Juros de aplicações financeiras	84.135	153.276
Juros de empréstimos e financiamentos e despesas financeiras (a)	(3.356)	(20.421)
Variações cambiais, líquidas:		
Empréstimos	-	1.204
Derivativos (b)	(11.490)	-
Provisão para abandono	(9.415)	(11.962)
Contas a pagar - Atlanta e Oliva (BS-4) (c)	22.773	(40.121)
Outros	<u>(170)</u>	<u>2.378</u>
Total	<u>82.477</u>	<u>84.354</u>

(a) O saldo de 2012 está líquido de R\$244 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

(b) Em 2011 a Companhia contratou instrumentos derivativos, NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nominal total de US\$70.000, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente a aquisição de 30% do bloco BS-4. Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição e com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs).

(c) Conforme citado na Nota Explicativa 12, reflete o efeito de variação cambial sobre o passivo decorrente da aquisição da participação no BS-4.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Desativado	Santos	Coral	15/09/2000	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
				Panoro Energy	35
				Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Panoro Energy	10
				Brasoil	10
Exploração	Camamu Almada	BM-CAL-5	28/09/2001	Petrobras (operador)	72,5
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	27,5
	Camamu - Almada	CAL-M-312 CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				EP Energy	20
	Campos	BM-C-27 (*)	26/11/2003	Petrobras (operador)	70
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
	Santos	BM-S-12	29/08/2001	Petrobras (operador)	70
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				Petrobras (operador)	66
				Petrogal	14
				Barra Energia	10
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	10
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	

(*) Em processo de transferência pela ANP no total de 30% para QGEP.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP)	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
	MM R\$					Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	16,2	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	2,2	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	9,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
BM-C-27	-	2003	-	257,888	10%	610,61	1.221,22	6.106,10
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>27,7</u>			<u>4.364</u>				

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos remanescentes relativos a Programas exploratórios mínimos, (“PEM”) das concessões mencionadas na nota explicativa 1, compreendem a perfuração de 2 poços pioneiros, um no BM-J-2 e um no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), previstos para realização em 2013 e 2014, respectivamente. Os compromissos com avaliação de descoberta compreendem: (i) a perfuração de um poço no BM-CAL-5, prevista para o final de 2014, (ii) perfuração de um poço, a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração contingente no BM-S-8, (iii) perfuração de um poço no BM-C-27, previsto para 2014, e (iv) reentrada e possível aprofundamento e avaliação do poço 1-SCS-13, no BM-S-12. O poço do BM-J-2 foi iniciado em 2011, mas devido a condicionantes ambientais, que restringem as operações na região em determinados períodos do ano, teve que ser interrompido temporariamente acerca de 2.540 metros de profundidade, restando cerca de mais 2.160 metros a serem perfurados.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações. Em 31 de dezembro de 2012, o montante da provisão de abandono é de R\$116.462 (Nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP (empresa que incorporou a Manati):

- Royalties- Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram provisionados R\$35.780 de royalties referentes à produção do campo Manati no exercício, dos quais R\$3.130 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram provisionados R\$9.869 de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.581 permanecem no passivo a pagar.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$211 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não auditadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 – Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva <u>total campo</u> MMm ³ (não auditado)
Reserva provada estimada em 31/12/2012 (*)	<u>11.987</u>

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2011 e deduzidas das produções mensais até o referido período.

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo possui garantias, através de carta de fiança e de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis - ANP no total de R\$27.898 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração.

21. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo, possuía contratos com fornecedores que envolvem prestação de serviços de consultoria técnica, fornecimento de materiais e fornecimento e operação de equipamentos com vencimentos diversos para campanha exploratória do bloco BS-4 em um montante de aproximadamente R\$89.773.

Em 07 de novembro de 2012, a controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. assinou com a Petrobras acordo de cessão de 30% dos direitos de exploração e produção, referente à participação na Área do Plano de Avaliação (PAD) do prospecto Guanabara que engloba os Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146, (parte da concessão do BM-C-27) em águas rasas na Bacia de Campos. A Petrobras permanecerá como operador com participação de 70% nos blocos. A transferência dos 30% de participação para a QGEP está sujeita à aprovação da ANP. O acordo estabelecido com a Petrobras não requer da QGEP nenhum desembolso inicial pela participação nos blocos. A QGEP irá carregar parte dos custos de perfuração no prospecto Guanabara Profundo. Os investimentos exploratórios para a QGEP estão estimados em US\$55 milhões (R\$112.393 em 31 de dezembro de 2012).

A tabela abaixo resume as nossas obrigações contratuais e os compromissos em 31 de dezembro de 2012:

	R\$ mil		
	Pagamentos com vencimento por período		
	<u>Total</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
BS-4	89.773	55.491	34.282
Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146	<u>112.393</u>	-	<u>112.393</u>
Total	<u>202.166</u>	<u>55.491</u>	<u>146.675</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos (apenas em 31 de dezembro de 2011) e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos” em 31 de dezembro de 2012. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2012			
	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	24.231	24.231
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	665	665	154.294	154.294
Contas a receber (ii)	-	-	92.769	92.769
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (iii)	-	-	717.028	717.028
Aplicações financeiras (iii)	-	-	80.947	80.947
Instrumento financeiro derivativo (i)	-	-	-	-
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (ii)	101	101	32.517	32.517
Partes relacionadas	-	-	85	85

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“nonperformance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (*“valor justo”*) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) Saldo mensurado ao custo amortizado, conforme Nota explicativa 2.19.
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>101</u>	<u>101</u>
Total	<u>101</u>	<u>101</u>

	Consolidado	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	32.517	32.517
Partes relacionadas	<u>85</u>	<u>85</u>
Total	<u>32.602</u>	<u>32.602</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,4% em 31 de dezembro de 2012 e 96,3% em 31 de dezembro de 2011). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em vista que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não foram registradas perdas com créditos junto ao cliente Petrobras.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas a taxa de juros CDI pós-fixada.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31.12.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012			6,90%	6,90%	6,90%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	797.975	Redução do CDI	797.975	797.975	797.975
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			7,39%	5,54%	3,70%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - cenário de sensibilidade		Redução do CDI	856.945	841.113	825.281
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013:					
Receita financeira estimada			58.970	43.138	27.306

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 08 de março de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31.12.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2012			6,90%	6,90%	6,90%
Caixa restrito:	24.231	Redução do CDI	24.231	24.231	24.231
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			7,39%	5,54%	3,70%
Caixa restrito:		Redução do CDI	26.022	25.541	25.060
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013:					
Receita financeira estimada			1.791	1.310	829

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 08 de março de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da QGEPP à riscos não inerentes a atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais na aquisição de dados sísmicos, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos. O instrumento contratado para aquisição foi uma opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$601. Foi pago um prêmio de R\$55 pela compra da Opção, cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Data da Negociação:	2 de agosto de 2012
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Banco Itaú BBA S.A.
Estilo de Opção de Moeda:	Européia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD601
Preço de Exercício:	2.27R\$/USD
Data de Vencimento:	28 de agosto de 2013
Data de Exercício:	28 de agosto de 2013
Data de Liquidação:	28 de agosto de 2013
Prêmio:	R\$55
Data do Pagamento de Prêmio:	2 de agosto de 2012

Operação de termo de moeda	Taxa	2012	
		Valor nominal	Valor justo
		R\$	R\$
<i>Call Option</i>	USD	1.228	19 (a)

- (a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o efeito no resultado foi de R\$(9).

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia e transações indexadas em dólar norte - americano.

		Consolidado			
		31/12/2012			
		Cenário provável (a)		Cenário	
Risco		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2012			2,0435	2,0435	2,0435
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono	Alta do US\$	56.992	116.462	116.462	116.462
<i>Call option</i>	Alta do US\$	601	<u>1.228</u>	<u>1.228</u>	<u>1.228</u>
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2013			2,00	2,50	3,00
Provisão para abandono	Alta do US\$	56.992	113.983	142.479	170.974
<i>Call option</i>	Alta do US\$	601	<u>1.202</u>	<u>1.503</u>	<u>1.803</u>
Efeito no resultado e patrimônio líquido pelo incremento na valorização do USD em relação ao real para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012					
Receita financeira estimada			2.505		
Despesa financeira estimada			-	(28.796)	(57.592)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o período de um ano em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 08 de março de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. (“Prospecto Definitivo”).

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações ordinárias	% de participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	75.910.838	28,6
Ações em tesouraria	3.588.956	1,3
Administradores	<u>241.232</u>	<u>0,1</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	<u>01/01/12 a</u> <u>31/12/12</u>	<u>01/01/11 a</u> <u>31/12/11</u>
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	82.468	92.137
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>264.551</u>	<u>256.850</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,31</u>	<u>0,36</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de dezembro de 2012 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2012 e 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo este Plano de 2012 e 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$5,31 e R\$3,87 para os Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	-
Concedidas no período - 29/04/2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	1.097.439	19,00
Concedidas no período - 26/03/2012	1.941.517	14,17
Concedidas no período - 28/05/2012	<u>550.000</u>	<u>12,81</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>15,33</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2012 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em dez/2012	Maturidade remanescente média em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em dez/2012	Preço de exercício médio
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	-	-
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	-	-
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	219.488	19,00

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$8.466, sendo R\$3.757 do plano de 2011, R\$4.068 da 1ª outorga do plano de 2012 e R\$641 da 2ª outorga do plano de 2012 (R\$3.544 do plano de 2011 em 31 de dezembro de 2011), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

iv. Destinação do lucro do exercício

A Administração da Companhia está propondo à Assembléia Geral de Acionistas destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme a seguir:

	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	82.468
Constituição da reserva legal (5%)	(4.123)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)
Reserva de investimento	(78.344)

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 0,001% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros para investimento é constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, à qual será submetido à aprovação na Assembléia de Acionistas.

24. AÇÕES EM TESOURARIA

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2012. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em julho de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.699.826 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 09 de julho de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do exercício		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>31/12/2012</u>
Médio ponderado	11,22
Mínimo	7,88
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	<u>31/12/2012</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	3.588.956
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	<u>13,12</u>
Valor de mercado (R\$ mil)	<u>47.087</u>

A quantidade de ações em tesouraria representa 1,35% do total de ações ordinárias em poder da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

25. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Dez-12</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2013	256.513
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2013	<u>812.015</u>
Total		<u>1.068.528</u>

Os seguros foram renovados em 2013, com o vencimento das novas apólices para 16 e 21 de janeiro de 2014, conforme descrito na Nota 30.

26. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contra-partida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$432 em 31 de dezembro de 2012 (R\$196 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Adições ao intangível	-	225.636
Adições ao imobilizado	-	801
Plano de opções de ações	8.466	3.731
Dividendos a receber - declarados e não recebidos	2.428	2.716

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 11 de Março de 2013.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em janeiro de 2013, os principais ativos ou interesses cobertos por seguros foram renovados. Os respectivos montantes e vencimentos estão demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2014	296.556
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2014	<u>1.201.302</u>
Total		<u>1.497.858</u>

- (ii) Em 31 de janeiro de 2013, foi constituída a QGEP Netherlands B.V. (“QGEP Netherlands”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”), com o capital social a integralizar de US\$1. QGEP Netherlands tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comercial; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas as atividades descritas.
- (iii) Atlanta Field B.V (“AFBV”) foi constituída pela Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), em 22 de novembro de 2012. Em 12 de fevereiro de 2013, a QGEP vendeu a totalidade de sua participação na AFBV para a QGEP Netherlands B.V, subsidiária integral da QGEP. Em 21 de fevereiro de 2013, OGX Netherlands Holding B.V, e FR Barra 1 S.à r.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP Netherlands B.V. nesta mesma data passou a deter participação de 30% na AFBV.
-